

RECURSO ESPECIAL Nº 1.733.799 - PB (2018/0077433-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : AUSONIO CUNHA DA SILVA
ADVOGADO : JULIANA CABRAL DE LIMA OLIVEIRA E OUTRO(S) - PB013370

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. APLICABILIDADE DO CPC/1973. SENTENÇA ILÍQUIDA. REEXAME NECESSÁRIO OBRIGATÓRIO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA CORTE ESPECIAL NO JULGAMENTO DO RESP. 1.101.727/PR, SUBMETIDO AO REGIME DO ART. 543-C, DO CPC. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, assim ementado (fl. 216):

Previdenciário e Processual Civil. Inocorrência da prescrição do fundo de direito ou decadência. Aplicação da Súmula 85 do STJ. Perícia médica conclusiva da incapacidade laborativa da parte autora. Direito ao benefício. Apelo improvido.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente no recurso especial, além da divergência jurisprudencial violação dos arts. 269, IV, 475 do CPC; 103, da Lei 8.213/91; 1º do Decreto n. 20.910/32; art. 2º, do Decreto n. Lei n. 4.597/42; 1º-F da Lei n. 2 9:494/97 (art. 5º da Lei n. 11.960/09 e, para tanto, apresenta os seguintes argumentos:

(a) arts. 475 do CPC e Súmula 490 do STJ, o reexame necessário de sentença contra a Fazenda Pública só poderá ser dispensado em causas cujo valor da condenação seja inferior a 60 salários mínimos.

Defende que "tratando-se de condenação a parcelas retroativas à data do requerimento administrativo ocorrido em 2001, com observância da prescrição quinquenal. Portanto, a condenação retroage às parcelas referentes aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Desta feita, facilmente observa-se que não se pode falar em condenação inferior a 60 (sessenta) salários mínimos." (fl. 236);

(b) arts. 1º do Decreto n. 20.910/1932, e parágrafo único do 103 da Lei n. 8.213/1991, necessário se faz a apreciação de matéria de ordem pública consistente no reconhecimento da ocorrência da prescrição total do direito no presente caso.

Consigna, "a parte autora teve seu benefício previdenciário indeferido em 21/6/2001, a prescrição em relação ao pedido de concessão formulado, no caso sob exame, ocorreu em 21/6/2006, de modo a atingir o próprio fundo de direito, isso porque somente em 24/11/2010, mais de 5 anos depois é que o autor ingressou na Justiça para reivindicá-lo." (fl. 239);

(c) art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, na redação dada pelo artigo 5º da Lei 11.960/2009, a decisão recorrida merece ser reformada para que os juros de mora e

correção monetária sejam fixados nos termos do que preceitua a Lei 11.960/09, uma vez que consoante já aduzido a declaração de inconstitucionalidade foi restrita à atualização dos precatórios, não se aplicando ao caso em questão (fl. 245).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 281-282.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Dito isso, a irresignação merece prosperar quanto ao reexame necessário.

Da leitura dos autos, verifica-se que a sentença é ilíquida, razão pela qual, vigente à época da decisão o CPC/1973, quando a interpretação dada ao art. 475 pela Corte Especial, no julgamento do Resp n. 1.101.727/PR, prolatado sob o rito dos recursos repetitivos, segundo o qual é obrigatório o reexame da sentença ilíquida proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO. SENTENÇA ILÍQUIDA. CABIMENTO.

1. É obrigatório o reexame da sentença ilíquida proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público (Código de Processo Civil, artigo 475, parágrafo 2º).

2. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao procedimento do artigo 543-C do Código de Processo Civil. (REsp 1.101.727/PR, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial, DJe 3/12/2009).

Na mesma linha do entendimento firmado no representativo de controvérsia, confirmam-se as seguintes decisões de ambas as Turmas da Primeira Seção do STJ, entre outras, à luz do CPC/2015: Resp 1.860.252/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/2/2020; REsp 1.690.705/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 17/10/2017; REsp 1.745.882/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 26/10/2018; REsp 1.693.092/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 11/9/2017; REsp 1.652.143/RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 23/2/2017; REsp 1.768.349/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2018.

Ademais, de ressaltar que a jurisprudência desta Corte, na vigência do CPC/1973, que fixou o entendimento de a dispensabilidade da remessa necessária pressupõe a certeza de que o valor da condenação não supere o limite de 60 salários mínimos.

Corroborando tal conclusão, o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA ILÍQUIDA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. REMESSA NECESSÁRIA. OBRIGATORIEDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO JULGAMENTO DO RESP 1.101.727/PR, SUBMETIDO AO REGIME DO ARTIGO 543-C DO CPC/1973.

1. A Corte Especial, no julgamento do REsp 1.101.727/PR, proferido sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, firmou o entendimento de que é obrigatório o reexame da sentença ilíquida proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações de

direito público (art. 475, § 2º, CPC/73).

2. Na esteira da aludida compreensão foi editada a Súmula 490 do STJ: "A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas".

3. No enfrentamento da matéria, o Tribunal de origem consignou que "assim, tomando como referência o montante previsto no dispositivo do novo CPC, tratando-se de ação em que o INSS pretende a cobrança de valores pagos alegadamente de forma indevida cujo valor total corresponde a R\$ 70.446,98, é forçoso concluir que o valor da condenação, acrescidos de correção monetária e juros, não excederá 1.000 (mil) salários-mínimos." (fl. 167, e-STJ).

4. Esclareça-se, por oportuno, que a dispensa do exame obrigatório pressupõe a certeza de que a condenação não será superior ao limite legal estabelecido, seja no art. 475 do CPC/1973, seja no artigo 496 do CPC/2015.

5. Verifica-se, assim, que o acórdão do Tribunal regional divergiu da orientação do STJ quanto ao cabimento do reexame necessário, pois considerou, por estimativa, que o valor da condenação não excederia 1.000 (mil) salários mínimos.

6. Recurso Especial provido (REsp. 1.664.062/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20.6.2017).

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial e determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que proceda ao reexame necessário, em consonância com os precedentes desta Corte a respeito da matéria. Prejudicada as demais questões.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator